

## A HISTÓRIA ORAL COMO UM CAMINHO DE DESCENTRALIZAÇÃO DA HISTÓRIA HEGEMONICAMENTE BRANCA

Louise Carla Siqueira da Silva<sup>1</sup>  
Paulo Basílio de Alcântara<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo objetiva discutir a História Oral (HO) como metodologia de pesquisa que possibilita a captação e construção de fonte. Tal possibilidade além de propiciar a construção de fontes históricas documentais, viabiliza o processo de desconstrução da História brasileira em sua versão unívoca - unilateralizada - estruturada sobre falas, discursos, ideias e ideologias eurocentradas. A História e Cultura Afro-brasileira ainda ocupam um lugar de melindres junto a História eurocêntrica que hegemonicamente nos contam, não por acaso, mas por carregarem consigo outros olhares que vão de encontro à História fantasiosa de descoberta e do processo de colonização. A subalternização de outros olhares da História atrela-se a interesses de ordem política, econômica, social e cultural arraigados ao pensamento colonial, influenciando a educação, as práticas educativas e, por conseguinte as práticas sociais, resultando no apagamento e silenciamento de agentes históricos advindos da população negra. Dessa forma, a HO junto pode potencializar reparações diante do apagamento e silenciamento da História e Cultura Afro-brasileira quando utilizada de forma descolonial, em especial a história de mulheres negras. Abordaremos assim, aspectos teórico-metodológicos da História Oral dialogando com autores como Adichie (2009); Carneiro (2005) Pesavento (2007); Alberti (2005), entre outros.

**Palavras-chave:** Desconstrução da Histórica única; História Oral (HO); Construção de fontes documentais; Resistência

### INTRODUÇÃO

A História brasileira é uma História fragmentada, ainda fortemente versada sobre o prisma eurocêntrico impossibilita os indivíduos e a sociedade brasileira a avançarem em debates descoloniais, seja no âmbito político, social ou educacional. O pensamento descolonial a realização da desconstrução de prerrogativas colonizadoras e colonizantes, oriundas das relações de domínio e poder colonialistas, estendendo-se também às relações sociais entre os indivíduos (ZEIFERT; AGNOLETTO, 2019).

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, louisecarla.ufrn@gmail.com;

<sup>2</sup> Mestrando em Educação do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, pa.basilio94@gmail.com.

O apagamento e silenciamento da História e Cultura Afro-brasileira liga-se diretamente a temática descolonial, pois a população negra tem tido sua historicidade subalternizada e atingida de maneira tão profundamente depreciativa pelo projeto colonial que essa situação faz reverberar na estrutura social vigente, outros moldes e formas de inferiorização que fazem perdurar seu genocídio não tão e somente em seu sentido literal, mas o condecora na esfera política e socioeconômica. Além disso, a História brasileira pautada na versão eurocentrista auxilia a manter o racismo enquanto estrutura da sociedade brasileira. O racismo enquanto estrutura é um modo de sistematização discriminatória que possui como base de fundamentação a raça. Suas formas de apresentação podem ser conscientes ou inconscientes. Suas manifestações implicam em vantagens, desvantagens e privilégios aos sujeitos racializados (ALMEIDA, 2018). Essa sistematização não é algo novo e a permanência da História eurocêntrica brasileira no imaginário permite a relativização do racismo e das violências advindas dele contra a população negra<sup>3</sup>.

Compreender que a História apagou, silenciou e embranqueceu agentes históricos não brancos, ao mesmo tempo que se aprende que o Brasil foi “descoberto” é um processo que nos faz ter que unir peças soltas, e desapartar outras. Exige um esforço coletivo societário que rompa com essa lógica estática, antiética e antidemocrática. Desconstruir a história romântica da descoberta abre espaço para compreensão de que o Brasil foi invadido e de que a incompreensão anterior se dá propositalmente como parte do projeto colonial e racista que ainda rege a forma como as relações sociais se constroem no país.

A (des)construção Histórica é a saída de um estado ingenuidade, constituindo assim um caminho sem volta. A saída desse estado intriga e aguça o desejo de conhecer mais sobre a História e Cultura Afro-brasileira. A última faz parte do foco de estudos atuais devido aos nossos lugares de fala<sup>4</sup> enquanto professores e pesquisadores que estão apropriando-se de teorias e práticas antirracistas e decoloniais. Diante disso, ao pensar sobre nossas pesquisas, nos voltamos para esse público, a partir da rememoração<sup>5</sup> de

---

<sup>3</sup> Ainda que não seja o foco desse artigo, é preciso reiterar que a racialização e o racismo não atingem apenas a população negra. Ao se falar da História eurocêntrica que apaga e silencia agentes históricos não brancos na realidade brasileira, a população negra e os povos originários são postos como outros, indivíduos inferiores.

<sup>4</sup> Compreendemos lugar de fala a partir das reflexões suscitadas por Djamila Ribeiro no livro “O que é: lugar de fala?” (2017).

<sup>5</sup> É preciso frisar que essas rememorações trazem vivências e saberes de experiências difusos, pois somos indivíduos sociais e culturais distintos, em que um vê sua pertença enquanto mulher negra cis, professora e pesquisadora antirracista em formação e o outro vê-se como um homem branco LGBT professor e pesquisador antirracista (também em formação), ambos (des)construindo-se ao mesmo tempo em que escrevem e pensam a realidade social que estamos inseridos.

Experiências pelos lugares em que percorremos em nossas trajetórias educacionais e formativas. Nessas memórias, percebemos o apagamento da população negra para além daqueles apresentados nos livros, percebemos o apagamento vivo, ao nosso redor, em forma da falta de representatividade negra nos espaços de ensino que frequentamos. Professores e professoras negras escassos, colegas negros/as também escassos, autores negros ainda mais escassos, senão nulos em nossa experiência escolar e raros na experiência acadêmica de graduação.

Assim, ao optarmos por trabalhar com as histórias de mulheres negras em nossas pesquisas – um com mulheres negras professoras universitárias em atividade e outro com a escolarização de mulheres negras - compreendemos que dessa maneira poderemos contribuir na diminuição das grandes lacunas deixadas pelo apagamento e silenciamento impugnados a população negra, e que o uso da História Oral (HO) viabiliza essa possibilidade. Dessa maneira, o presente artigo tem por objetivo discutir a HO como via metodológica que permite a captação e construção de fontes documentais a agentes históricos antes retirados desse lugar. Para além disso, a HO demonstrou ser um caminho para descentralizar a História brasileira como hegemonicamente feita e protagonizada por pessoas brancas, permitindo ainda um lugar de compreensão, a partir da alteridade própria da História das sensibilidades.

## **METODOLOGIA**

Ao considerar o que fora dito até aqui sobre o apagamento e silenciamento da História é importante evidenciar que neste trabalho se discute a História Oral como via metodológica de forma exclusiva para captação de fontes documentais através de entrevistas. Dessa maneira, cabe ressaltar que consoante a Verena Alberti (2005), entendo que

História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. (ALBERTI, 2005, p. 155).

Logo na apresentação do livro “Usos e abusos da História Oral”, Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, ao discorrem sobre a defesa feita por Ian Mikka acerca de um modo próprio de produção teórica da HO, trazem em síntese panoramas da metodologia que a postulam como autônoma, dentre elas destacamos:

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer histórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como serem

entendidos ou elucidados de outra forma[...] são histórias [...] de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos;

Na história oral existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado[...](FERREIRA;AMADO, 2006, p. xiv).

Além do que está acima disposto, no caso de nossas pesquisas tendo como participantes professoras universitárias negras, mulheres que devido a categoria de gênero e raça sofrem dupla opressão, as entrevistas possibilitam a compreensão sobre como estabelecem suas artes da existência<sup>6</sup>. As artes da existência são “práticas de vida individual e coletiva em que não se dissociam práticas de subjetivação e práticas sociopolíticas, ações individuais e ações sociais” (FERREIRA NETO, 2007). Podendo ser vistas também como “[...] esquemas que ele [o indivíduo] encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (FOUCAULT, 2004, p. 276).

Trazer parte da história dessas mulheres à tona, oportuniza o enegrecimento epistêmico, possibilitando o rompimento dos silenciamentos outorgados na História brasileira a esse público, numa via dupla que entrelaça produção e protagonismo da produção de fontes documentais e História feita por mulheres negras. Ocupando lugares que anteriormente foram tomados, negados. Para o feitiço do presente artigo nos debruçamos sobre inquietações trazidas por nossas pesquisas – em desenvolvimento - em que trabalhamos com entrevistas realizadas por meio da produção de fontes geradas por meio da História Oral (HO). Mergulhamos em memórias de mulheres negras que contam histórias sobre suas trajetórias de vida, de estudos e de profissionalização. Para tal, a HO tem sido não apenas uma via metodológica que viabiliza a pesquisa, mas uma ponte que permite conectar História, memória, lugar e sensibilidades. Compreendemos como Pesavento (2005), as sensibilidades

[...] como uma outra forma de apreensão do mundo para além do conhecimento científico. As sensibilidades corresponderiam a este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana que se encontra no âmago da construção de um imaginário social. O conhecimento sensível opera como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo. Às sensibilidades compete esta espécie de assalto ao mundo cognitivo, pois lidam com as sensações, com o emocional, com a subjetividade, com os valores e os sentimentos, que obedecem a outras lógicas e princípios que não os racionais. As sensibilidades são uma forma do ser no mundo e de estar no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada. (Pesavento, 2005, s.p)

---

<sup>6</sup> As artes da existência segundo Michel Foucault são modos de cuidado individual e coletivo.

Realizar essa conexão é um ofício complexo, tendo em vista que produzir fontes documentais a partir da História Oral é permitir adentrar-se numa atividade que exige escuta, apreciação da escuta, zelo e cuidado com as participantes da pesquisa, no sentido de troca e alteridade. Exige também, tempo, reflexões pausadas e retorno aos documentos produzidos. Ao combiná-los demandam planejamento e disciplina, bem como também impulsionam o processo, pois além da instrumentação audiovisual<sup>7</sup> (ou apenas de áudio), câmera, ou gravador de voz, é necessário que a combinação tempo, pausas reflexivas e a volta às entrevistas ao tempo das transcrições seja realizada tão logo possível para que não se percam impressões, afetos, emoções, modos e formas de apresentação capitadas desde o primeiro momento para as análises que diferenciam-se nas revisitações ao material produzido, coletado.

Dado essa prerrogativa, o/a pesquisador/a além do roteiro – caso essa seja sua escolha, trabalhar com roteiros pré-estabelecidos – precisa ter a mão um bloco de notas, ou diário – físico ou digital – para anotar chaves de compreensão no ato da entrevista, ou informações a serem retomadas, ou mesmo que foram suscitadas e provocadas devido ao que as participantes contam, externalizam e entregam. O trato com as entrevistas, em relação às análises, passa anteriormente pela fase de transcrição, textualização e transcrição, podendo a segunda e a terceira serem opcionais, cabendo ao pesquisador/a decidir o qual o melhor procedimento na construção de suas fontes e qual será sua forma de análise. A transcrição é o processo de escrita da entrevista, tal qual foi capitada, a textualização retira vícios de linguagem e a transcrição, altera o texto preservando o sentido ficando também a cargo do pesquisador/a forma de apresentação textual que deve ser conversada e autorizada pelas pessoas participantes da pesquisa.

Enfim, trabalhar com histórias orais, para construção de fontes, requer o entendimento de que tratam de histórias vivas e por “[...] remeterem às pessoas vivas, dispostas a narrar suas percepções e experiências, é conveniente supor que partam do pressuposto de fragilidades” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020 p. 41).

## REFERENCIAL TEÓRICO

---

<sup>7</sup> No contexto pandêmico causado pelo novo coronavírus que causa a enfermidade COVID-19, a realização de pesquisas.

A realidade brasileira no que diz respeito a sua História arraiga “uma história feita por mãos brancas”, como diria Beatriz Nascimento<sup>8</sup>. Ao cunhar tal afirmativa, a autora remete-se a eurocentralidade que permeia a História do Brasil e hegemonicamente conhecemos como “verdadeira”, uma história de protagonismo branco. Uma história imbricada ao colonialismo que une fantasia, romance e ficção, contada a partir de uma compreensão que apresenta a invasão do território brasileiro como uma grande conquista que levou a “descoberta” do Brasil por “heróis” brancos europeus tomados pela falsa ideia de superioridade, seja por sua origem, hábitos ou pelo que consideravam, ou chamavam civilização.

Projeto. É assim que se deve racionalizar a colonização, não como parte natural do processo histórico, mas como um plano, um conjunto de atividades e ações que direcionaram e influenciam até os dias atuais as formas de percepção não apenas da História e da realidade, conduzindo a maneira com que a grande parte da sociedade brasileira pauta as relações e práticas sociais, culturais e educativas. Uma História que apresenta apenas uma forma de concepção e leitura da realidade é uma História de violência, viola o direito a voz e ao protagonismo de compreensões distintas, apenas por assim serem. A História eurocêntrica brasileira<sup>9</sup> desumanizou a população negra escravizada advinda do continente Africano – e os povos originários<sup>10</sup> - através da banalização da exploração de seus corpos e de seu genocídio. A criação de estereótipos e “verdades” criadas para supostamente justificarem seu desejo de poder, culminou em sangue e morte daqueles que viam como outros – povos essas invenções/construções acabaram ganhando corpo de história única.

Ao tratar dos perigos de uma história única, Chimamanda Ngozie Adiche (2009) nos convida e nos impulsiona a refletirmos sobre os julgamentos que tendemos a fazer em relação àquilo que achamos saber acerca das sociedades, culturas e indivíduos de lugares que não conhecemos. Contudo, ainda que não os conheçamos temos de pronto imagens e percepções desses lugares por meio de livros (didáticos, paradidáticos, literários), filmes, revistas, informações e notícias vinculadas por jornais televisivos ou mídias digitais. O julgo pronto é inerente a um pensamento antidemocrático e opressor que se instala nos indivíduos de maneira consciente ou não.

---

<sup>8</sup> Beatriz Nascimento (1942 – 1995) professora, escritora e poeta brasileira. Foi ativista pelos direitos humanos de negros e mulheres, foi pioneira em escrever e fazer história partindo dos saberes africanos.

<sup>9</sup> Chamamos de História eurocêntrica brasileira, a História acrítica que coloca colonizadores como heróis, credibiliza abolição da escravidão no Brasil à princesa Isabel e marginaliza negros e os povos originários.

<sup>10</sup> Povos nativos do Brasil, população indígena.

O pensamento antidemocrático e opressor a que nos referimos é o pensamento colonial, ou colonizado, impregnado no imaginário social brasileiro, portanto arraigado em nossa História, Cultura e forma de ver e pensar o mundo e as coisas. Uma vez instalado, sua construção finca-se como alicerce basilar constituinte da estrutura social, política e econômica. A consolidação desse pensamento se faz por meio de sua normalização, garantida pela naturalização das “verdades” ditas, escritas e legitimadas por apenas um lado, ainda que existam tantas outras possibilidades de análise e interpretação, que inculcam variações e possibilidades múltiplas, diversas e diferentes.

Ao consumirmos o que nos é ensinado nas escolas, junto ao que está posto no imaginário social como verdade sem a realização de análises e reflexões mais aprofundadas caímos na lógica da (re)produção<sup>11</sup> internalizando fatos históricos, decorando datas, nomes de guerras, revoltas e conflitos, atendo-nos apenas em seus resultados enquanto vitórias e derrotas. Ou melhor, atendo-nos aos classificados como vencedores, ou como importantes. Pensar fatos históricos que estudamos na escola ou na universidade sem refletir os motivos dos conflitos, sem compreender o que anseiam todas partes envolvidas é privilegiar uma parte, ou lado, em detrimento da/o outra/o, além de divergir diretamente com o que é democrático. Não há equidade no que diz respeito ao protagonismo histórico, “a história feita por mãos brancas” contou-nos uma história branca, com protagonismo branco. Nomeou os povos originários de índios e a população negra oriunda de diferentes países africanos de negros, vistos e classificados como semoventes em Documentos Oficiais<sup>12</sup>. Os outros, nos classificam. Assim o eram e assim ainda são vistos.

Mesmo com a promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que trazem em seus corpos a obrigatoriedade da inclusão da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos currículos escolares de todas as redes de ensino do Brasil, a efetivação dessas Leis não está garantida, retardando ainda mais o processo de (des)construção da história única – eurocêntrica – na versão brasileira. Fazendo assim, postergar a compreensão de que essa situação, - seja vista e - é parte do projeto colonial ainda em voga, porém em formato e contexto histórico diferentes. Se outrora o genocídio dos povos originários e da população negra se dava pelas relações de poder entre senhores e escravizados em que os

---

<sup>11</sup> Reproduz-se algum fato ou fenômeno que compreende-se como natural de forma consciente ou inconsciente a partir do que fora apreendido/aprendido. A compreensão de reprodução aqui também pode ser vista a partir da Teoria da Reprodução de Bourdieu e Passeron.

<sup>12</sup> A Constituição brasileira de 1824 trazia em seu corpo documental, negros enquanto semoventes.

primeiros tinham poder sob os corpos dos segundos, nos dias atuais o genocídio dessas populações se dá pela naturalização e aceitação dessa prerrogativa como válida. Pois, essa convivência é a mesma que despreza a articulação e implementação de políticas públicas que garantam os direitos dessas populações. Em outras palavras, pode-se dizer que a desumanização primeira dos negros organizada pelos colonizadores é mantida pelas matrizes capitalistas já operadas durante a colonização, ainda que em outros moldes.

Muda-se a maneira de expurgo, mas a subalternização da população negra ainda prevalece e marca os cotidianos da sociedade brasileira à medida em que ainda não se vê fora da exceção, pessoas negras atuantes em cargos políticos, em cargos de chefia nas instituições de ensino, no judiciário, nas universidades (como professores ou estudantes) na arte, cultura, na literatura nas mídias sociais e etc. O que significa afirmar que a população negra não sofre genocídio apenas tal como esse se constitui no ato de ceifar a vida de corpos negros<sup>13</sup>, mas o sofrem também ao terem sua história apequenada<sup>14</sup> pela eurocentralidade, que é colonialista, portanto racista. Ocorrendo assim, o fenômeno chamado de espitemicídio. De acordo com Sueli Carneiro, esse fenômeno é algo que está

[...] para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o espitemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou sequestra, mutila a capacidade de aprender” (CARNEIRO, 2005, p.97)

Diante do exposto, partindo de nossos lugares de fala unidos aos nossos saberes de experiência postulado por Jorge Larrosa Bondía (2002) – este autor reivindica que a experiência é parte do conhecimento, é o que nos passa, toca e nos acontece ao passo em que vamos nos constituindo de aprendizagens - atrelados às nossas vivências em uma sociedade que se diz democrática, entendemos que não há espaço para compreendê-la

---

<sup>13</sup> Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em pesquisa realizada em 2013 o número de pessoas negras assassinadas no Brasil é 132% maior do que pessoas brancas. De acordo com dados de pesquisa realizada pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), pessoas negras representam 77% dos casos de assassinatos no ano de 2019.

<sup>14</sup> Na obra “O genocídio do Negro” de Abdias Nascimento que teve sua primeira versão lançada no Brasil em 1978, o autor aborda a relação entre genocídio e necropolítica (de acordo com o autor Achille Mbembe do ano de 2006) . Nascimento nos conecta à compreensões do repúdio à cultura negra, e da reiteração de “favor” quando aceita. Trata do mito da democracia racial ou da ideia de “não racismo”, fazendo refletir sobre as diferentes formas de genocídio que atravessa a população negra.



como tal, diante das discrepâncias de acesso à direitos estabelecidos por exemplo, pelas categorias de classe, raça e gênero <sup>15</sup>.

A imersão na compreensão da História por vias apartadas da univocidade eurocêntrica incute um processo árduo e contínuo de construção e desconstrução e vice-versa. Foi num momento como esse de (des)construção da História única apreendida sobre o Brasil, como trazemos na introdução desse artigo, que vimos o apagamento e silenciamento de negros/as estava ao nosso redor de forma assimilada. Pudemos assim, refletir também sobre o incômodo que os livros didáticos adotados pelas escolas culminavam. Tais livros e geral, traziam pessoas negras como parte constituinte da História apenas enquanto mão de obra escravizada e como referência do que é pobre e desprovido de valor.

Iniciada essas provocações, passamos a ver-nos em meio à outras inquietações e questionamentos, tais como: Porque não conhecemos uma História que nos fez pensar no “descobrimento” como a invasão que foi? Porque não estudamos sobre Antonieta de Barros<sup>16</sup>, Lélia Gonzalez<sup>17</sup>, Sueli Carneiro<sup>18</sup>, ou Conceição Evaristo<sup>19</sup>? Porque não soubemos quem fora Mariele Franco<sup>20</sup> antes de sua morte? Assim, não mais cabendo mais espaço para ingenuidade diante de tais perguntas, movidos por essas inquietações que outras se iniciaram. Nos indagamos por exemplo, por que e como em pleno Séc. XXI ainda vemos poucos negros nos em espaços que transitamos? Transformar perguntas e inquietações em pesquisa é inerente ao ofício professoral, mas transformar a pesquisa em ressignificações está para além do nos faz sermos professores e pesquisadores em formação.

Vemos as ressignificações promovidas pela (des)construção da colonialidade como um espaço de (re)encontro e (re)ligação. Sem sabermos, devido as diferentes

---

<sup>15</sup> As desigualdades sociais se constituem de maneira interseccional, os marcadores de classe, gênero e raça provocam mudanças na realidade de vida dos indivíduos e por conseguinte em suas realidades sociais, alterando e/ou limitando oportunidades e privilégios.

<sup>16</sup> Antonieta de Barros (1901 – 1952) foi a primeira mulher negra a ter posse de um mandato popular no Brasil. Professora, jornalista, instituiu o dia do professor.

<sup>17</sup> Lélia Gonzalez (1935 -1994) foi professora, política, filósofa e antropóloga brasileira. A intelectual fora pioneira nos estudos sobre a Cultura Negra no Brasil. Ativista, fundou o Movimento Negro Unificado.

<sup>18</sup> Sueli Carneiro é uma intelectual, filósofa, ativista do movimento social negro brasileiro que nasceu no ano de 1950, na cidade de São Paulo. É escritora e fundadora do Instituto da mulher negra Geledés.

<sup>19</sup> Conceição Evaristo é escritora e linguista brasileira nascida em 1946 na cidade de Belo Horizonte. Cunhou o conceito de escrevivência. Em seus textos conta histórias de pessoas negras, pobres, marginalizadas.

<sup>20</sup> Mariele Franco (1979 – 2018) foi uma socióloga e política brasileira que teve sua biografia difusa após ter sua vida ceifada em um crime político ainda não resolvido. Negra e parte da comunidade LGBTQIA+ tem sua trajetória distorcida e sua família afetada não apenas pela não solução de seu assassinato, mas pelas Fake News que almejam macular sua memória e apagar sua história.

opressões que lidamos, essa (des)construção já estava em processo, e encontra-se em estado de assentamento constante. As ressignificações referidas ultrapassam o fato de sermos professores e pesquisadores porque atingem nossas trajetórias fora desses fluxos e são indissociáveis à nossa formação e práxis para além da atividade profissional.

O que intencionamos externar é que diante da compreensão de que a História não é unívoca e que as vozes não evocadas para o diálogo na versão eurocêntrica brasileira da História estão e sempre estiveram presentes, porém, foram suprimidas propositalmente para que pessoas negras não pudessem estar na posição que nos encontramos agora, discutindo o que fora disposto até aqui. Ao nos permitir (des)construções não há como retrocedermos e pairarmos numa “verdade” excludente. As ressignificações estão então no pensar e na prática através da autoavaliação constante, talvez pelas prerrogativas da profissão, mas principalmente por acreditarmos que está intrínseca a nossa conduta ética e percepção de democracia.

Assim, parte dessa autoavaliação fez reverberar e aflorar a necessidade de compreensão mais aprofundada da realidade de pessoas que fazem parte da História do Brasil que fora apagada e silenciada, como a História população negra e no caso específico de nossas pesquisas, de mulheres negras, tendo em vista que as participantes foram e são mulheres negras que colaboram com nossas pesquisas e possibilitam sua escrita. As participantes nos contam suas histórias<sup>21</sup> com as quais produzimos fontes documentais, pesquisa e ciência.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As reflexões acarretadas pela construção desse artigo, implicam na percepção da História Oral não apenas como uma metodologia de produção de fontes que podem contribuir para descentralização da história eurocêntrica brasileira hegemonicamente difusa, através das histórias das mulheres negras participantes de nossas pesquisas. O artigo nos fez perceber a História Oral também como uma via metodológica que ao ser entrelassada com a história das sensibilidades pode resultar em caminhos para práticas decoloniais e antirracistas. Decoloniais pois entendemos que

---

<sup>21</sup> De acordo com a professora Dra. Giovana Xavier, bem como o título de uma de suas obra intitulada “Você pode substituir mulheres negras e objeto de estudo por mulheres negras contando suas histórias”, nos alerta para a problemática do uso do termo “objeto”, diante da conjuntura sexista que vivemos, as mulheres, especialmente as negras devido ao racismo são objetificadas em demasia, dessa maneira, vemos as participantes de nossas pesquisas, como protagonistas que permitem a realização das mesmas.

O pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um grande evento prolongado e de muitas rupturas e não como uma etapa histórica já superada. [...] Deste modo quer salientar que a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. A intenção é provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir. O decolonial implica, portanto, uma luta contínua” (COLAÇO, 2012, p. 08).

Assim, vendo o próprio fazer científico como uma luta contínua, dada a atual conjuntura política que estamos imersos na realidade brasileira, problematizar e trazer para o debate as diferentes formas e modos de vida cultural e social, bem como os diferentes modos de compreensão, a partir dessas diferenças. A História Oral traz consigo um debate que lhe atrela à subalternidade, e que outorga-lhe insurgências no meio acadêmico, então abrigar e evidenciar outras através da produção de fontes documentais que dão lugar de protagonismo a um grupo subalternizado, pode colocar a metodologia como decolonial, a depender dos pesquisadores que a utilizarem para tal finalidade.

Também depende dessa última premissa, a possibilidade de uso da História Oral como antirracista. Compreendemos essa possibilidade como

[...] um ato de insubordinação por si. Insubordinação que deve existir e ser manifesta em cada sala de aula deste país, mas não no sentido literal da palavra apenas, mas que esta insubordinação esteja acompanhada do adjetivo – criativa. Insubordinação criativa experimentada e vivenciada nas práticas docentes (FARIAS et al, 2012)

Acreditamos que uma insubordinação criativa como a mencionada na citação acima disposta deve ultrapassar as salas de aula, deve estar presente em nossas práticas cotidianas, nas relações que estabelecemos socialmente, na nossa escrita, no nosso fazer profissional, na nossa conduta, postura, na nossa prerrogativa de defesa da realidade social enquanto democracia e na construção de nossas artes da existência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo possibilitou o estabelecimento de reflexões sobre o uso da História Oral como um percurso metodológico de captação de fonte documental essencial no que concerne à (des)construção de uma história feita por mãos brancas. É importante pensar que ao falar de (des)construção falamos de uma movimentação complexa, em que a História eurocentrada não é destruída, mas (des)construída, criticada. Ou seja, sua univocidade é retirada de foco e as análises se dão fora do olhar de condescendência, contaminado pelo imaginário social – ainda colonial – um olhar que automatiza frases de cunho de senso comum, como “era o pensamento da época”, “eram pessoas de outros tempos”, “Isso não acontece mais, ficou no passado”.

Essa automatização vinga a naturalização dessas falas, tornando-as em certezas que esvaziam discussões de teores interseccionais como o que tratamos aqui, o apagamento de pessoas negras e dos povos originários como agentes históricos e como produtores de conhecimento. Além disso, pensar a História Oral como uma ferramenta metodológica de capitação de fonte documental diante do silenciamento imposto à população negra, vimos a HO também como uma potente ferramenta de resistência, de subordinação criativa e como produtora de ressignificação da História.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2019
- ADICHIE, Chimamanda Ngozie. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. Coleção: Experiência e Sentido
- CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMAN, Roseli. A construção do outro como não – ser como fundamento do ser. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 96 – 124.
- COLAÇO, Thais Luzia. Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.
- Foucault, M. (2004). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In M. B. Motta (Org.), **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política** (E. Monteiro, I. A. D. Barbosa, trad., pp. 264-287). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária
- FARIAS, CCG; LINS, MRF; BRIÃO, GF. Educação antirracista: um convite à insubordinação criativa. Revista **@mbienteeducação**. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 14, n. 1, p. 88-110 Jan/Abr 2021
- FERREIRA, Marieta, AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. - 8. ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FERREIRA NETO, João Leite. Artes da Existência: Foucault, a Psicanálise e as Práticas Clínicas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** Abr-Jun 2007, Vol. 23 n. 2, pp. 177-184
- MEIHY, José Carlos Sebe B.; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas: história oral aplicada** – São Paulo: Contexto, 2020.
- PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Colloques, mis en ligne le 04 février 2005. Disponível em: Acesso em: 31/10/2021**